



Diário Oficial

Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano X - Nº 2324 Terça-feira 14 de Setembro de 2010.

Poder Executivo

Lei

LEI Nº. 6.480, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre tornar obrigatório o SANEAR (Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis), a emissão e o recebimento das faturas da autarquia, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU, E EU VEREADOR OLÍMPIO ALVIS, na qualidade de 1º Vice-Presidente e nos termos do § 8º do Art. 59 da Lei Orgânica Municipal promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica obrigatório o SANEAR (Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis), manter postos de atendimento em sua sede central e sub-sede do Distrito da Vila Operária, para emissão e recebimento das faturas dos serviços prestados pela autarquia.

Art. 2º - Caberá ao PROCON fiscalizar o cumprimento da presente lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rondonópolis-MT, 14 de setembro de 2010;
94ª da Fundação e 56ª da Emancipação Política.

Olímpio Alvis
1º Vice-Presidente

Ananias Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL nº 04/2010 - Vers. Reginaldo, Ananias e Fúlo
Arquivado nesta Casa Legislativa e
Publicado no DIORONDON

LEI Nº. 6.497, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre autorizar a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDIPE e institui a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E O PREFEITO NÃO SE MANIFESTOU, E EU VEREADOR OLÍMPIO ALVIS, na qualidade de 1º Vice-Presidente e nos termos do § 8º do Art. 59 da Lei Orgânica Municipal promulgo a seguinte Lei:

Capítulo I

Da Política Municipal dos Direitos dos Deficientes

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, em caráter permanente, o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDIPE.

Parágrafo único - O objetivo do COMDIPE é o de propor, orientar e coordenar diretrizes, políticas e ações públicas que assegurem, através de instrumentos ao seu alcance, o gozo dos direitos humanos, da cidadania e das liberdades fundamentais.

Artigo 2º - Ao COMDIPE compete:

I - representar as pessoas com deficiência junto à Administração Municipal;

II - assessorar o Prefeito na definição da política a ser adotada para o atendimento das necessidades das pessoas com deficiência;

III - coordenar, acompanhar e assessorar projetos de interesse do cidadão com deficiência física, sensorial ou mental, congênita ou não, atuando com o apoio do Departamento de Assistência Social, em articulação com os demais departamentos municipais;

IV - participar do estabelecimento da política municipal a respeito dos direitos e acompanhar a execução das ações programadas;

V - apresentar informes periódicos às entidades competentes sobre as atividades desenvolvidas e de combate à discriminação e ao preconceito;

Rua Cafelândia nº 434 - bairro La Salles, fone: (66)3426-8784 - CEP=78.710-050 /Rondonópolis-MT.

Expediente

PREFEITO MUNICIPAL _____ JOSE CARLOS JUNQUEIRA DE ARAUJO
Vice-Prefeita _____ Marília Salles
Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social _____ Neuma de Moraes
Secretaria Municipal de Administração _____ Gerson Araujo de Oliveira
Secretaria Municipal de Agricultura e Pec. _____ Valdir Correa
Secretaria Municipal de Desenv. Econ. _____ Valdemir Castilho Soares
Secretaria Municipal de Educação _____ Marilda Soares Rufino
Secretaria Municipal Esporte, Cultura e Lazer _____ Susan Meire Moretti Binha
Secretaria Municipal de Finanças _____ Adão Nunes
Secretaria Municipal de Governo _____ Milton Gomes da Costa
Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Urbanismo _____ Ronaldo Sedy Iticava Uramoto
Secretaria Municipal de Meio Ambiente _____ Lindomar Alves da Silva
Secretaria Municipal de Planejamento _____ Antonio Augusto Miranda
Secretaria Municipal de Receita _____ Regina Celi Marques Ribeiro
Secretaria Municipal de Saúde _____ Valdecir Feltrin
Secretaria Municipal Transporte, Transito e Desenv. Urbano _____ Rodrigo Lugli
Procuradoria Geral do Município _____ Efraim Alves dos Santos
CODER Cia Desenvolvimento Rondonopolis _____ Darci Lovato
Diário Oficial do Município _____ Anna Clara Quintana
IMPRO _____ Josemar Ramiro e Silva
SANEAR _____ Terezinha Silva Souza
ServSaúde _____ Vilmondes Aprigio da Silva Luz

DIORONDON

Filiado: ABIO-Associação Brasileira de Imprensa Oficial
Impressão, Distribuição e Assinatura
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias, 526
Vila Aurora - fone (66) 411-5285
CEP 78.740-100 - Rondonópolis - Mato Grosso - de 2ª a 6ª das 12 as 18h
Órgão criado pela Lei 3.366 de 7 de dezembro de 2000
Órgão de Responsabilidade da Secretaria Municipal de Governo: Milton Gomes da Costa
Diário Oficial: Anna Clara Quintana
Home page: www.rondonopolis.mt.gov.br
E-mail: diorondon@rondonopolis.mt.gov.br

Tabela de Preços do Diorondon

Exemplar do dia no balcão	R\$ 0,50	Entrega domiciliar - Qualquer Município (via correio)	R\$160,00
Exemplar do dia anterior	R\$ 0,65		
Assinatura Semestral retirada no balcão	R\$ 50,00	Publicação de matérias de outros municípios e de terceiros por centímetro linear de coluna	R\$ 1,20

VI - investigar, colher depoimentos, tomar providências e propor medidas coercitivas a fim de apurar violações de direitos, representando às autoridades competentes, e adotar ações voltadas à cessação de abusos e lesões a esses direitos;

VII - organizar ou patrocinar eventos locais e campanhas, com o objetivo de ampliar, difundir e proteger os direitos das pessoas com deficiência, bem como combater práticas discriminatórias;

VIII - promover campanhas destinadas a suplementar fundos para realizar suas funções;

IX - estabelecer campanhas que visem ao acesso dos deficientes à educação, à saúde, à moradia e ao trabalho;

X - fomentar o respeito à dignidade humana das pessoas com deficiência, visando a sua incorporação à vida social normal;

XI - fomentar atividades públicas contra:

- a) discriminações intencionalmente contra os deficientes;
- b) maus tratos, torturas, sevícias e humilhações realizadas por quaisquer pessoas em qualquer lugar ou situação;
- c) preconceito e discriminação;
- d) atentados e violação dos direitos dos deficientes;
- e) condições subumanas de trabalho e subemprego;
- f) baixa qualidade de atendimento de pessoas portadoras de deficiência;
- g) violação dos direitos das pessoas com deficiência.

Parágrafo único - A representação de que trata o item I acima não importará em prejuízo do direito pessoal de livre reivindicação de qualquer pessoa com deficiência.

Artigo 3º - Pessoas com deficiência, para os efeitos desta Lei, serão aquelas que apresentem, em caráter permanente, problemas físicos, sensoriais ou mentais que possam torná-las passíveis de discriminação social.

Artigo 4º - Para consecução das suas propostas, poderá, o Conselho, valer-se dos recursos técnicos que se fizerem necessários.

Artigo 5º - Ao Poder Público Municipal incumbe, de forma articulada com entidades da sociedade civil, governamentais e não governamentais, formular estratégias e instrumentos capazes de tornar efetivos os direitos previstos na Constituição Federal e nas convenções e tratados internacionais.

Artigo 6º - Competirá ainda ao COMDIPE, promover e ampliar a organização das pessoas com deficiência ou de seus representantes, quando elas não puderem fazer-se representar.

Rua Cufelandia nº 434 - bairro La Sallés, fone: (66)3426-8784 - CEP=78.710-050/Rondonópolis-MT.

2

CAPÍTULO II Da Composição

Artigo 7º - O COMDIPE será composto por 48 membros, titulares e suplentes, respectivamente dos seguintes órgãos ou entidades:

I - Doze representantes de entidades da sociedade civil **organizada**, diretamente ligadas à defesa e ou ao atendimento da pessoa com deficiência na cidade de Rondonópolis, legalmente constituídas e em funcionamento há, pelo menos, um ano, eleitas dentre os seguintes segmentos:

- a) 01 (um) representante da Igreja ou instituição religiosa católica ou evangélica;
- b) 01 (um) representante de instituição de ensino;
- c) 01 (um) representante da OAB/MT, Subseção de Rondonópolis;
- d) 01 (um) representante da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE);
- e) 01 (um) representante da Associação Comercial e Empresarial de Rondonópolis;
- f) 01 (um) representante de movimentos comunitários;
- g) 01 (um) representante de entidade que atua na área da deficiência auditiva;
- h) 01 (um) representante de entidade que atua na área da deficiência física;
- i) 01 (um) representante de entidade que atua na área da deficiência mental;
- j) 01 (um) representante de entidade que atua na área da deficiência visual;
- k) 01 (um) representante das Pastorias neste Município; l) 01 (um) representante de entidade que atua na área das pessoas que vivem com HIV/AIDS.

II - Doze representantes do Poder Público local, assim distribuídos:

- a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social;
- b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;
- d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente;
- f) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento;
- g) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Trânsito;
- h) 01 (um) representante da UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso, campus Universitário de Rondonópolis;
- i) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração ou Finanças;
- j) 01 (um) representante do serviço de segurança pública; k) 01 (um) representante do INSS;
- l) 01 (um) representante do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

CAMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

§ 1º - Cada representante terá um suplente com plenos poderes para o substituir provisoriamente em suas faltas ou impedimentos, ou em definitivo, em caso de vacância da titularidade.

§ 2º - Os representantes das organizações não governamentais serão indicadas pelas entidades, em havendo mais candidatos que o número de vagas para aquela representatividade, os indicados serão eleitos por ocasião das Conferências Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência ou Fórum da Política da Pessoa com Deficiência.

CAPÍTULO III

Dos Órgãos Diretivos do COMDIPE

Artigo 8º - O Presidente do COMDIPE será eleito entre seus pares, e o seu mandato será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

Artigo 9º - A ausência não justificada do representante a três sessões consecutivas do Conselho, resultará na sua automática exclusão, devendo o faltoso ser substituído pelo respectivo suplente.

§ 1º - Perderá o mandato, ainda, o conselheiro que apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções ou que for condenado por sentença irrecorrível em razão de cometimento de crime ou contravenção penal.

§ 2º - Perderá o mandato a instituição que:

- a) extinguir sua base territorial de atuação no Município de Rondonópolis;
- b) tiver constatada em seu funcionamento irregularidade de acentuada gravidade que torne incompatível sua representação no Conselho;
- c) sofrer penalidade administrativa reconhecida grave.

Artigo 10 - Os membros do COMDIPE serão nomeados pelo Poder Executivo que, respeitado o artigo de que trata o parágrafo 2º, do artigo 7º, homologará a eleição e os nomeará por decreto, empossando-os em até trinta dias contados da data da Conferência Municipal.

Artigo 11 - O Conselho terá, ainda, um Secretário Executivo, de livre escolha do presidente eleito, dentre os membros efetivos do Conselho.

Artigo 12 - O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por solicitação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros efetivos, com a indicação da matéria a ser incluída na convocação.

Artigo 13 - Poderão ser admitidos no Conselho novas áreas de deficiência desde que:

- a) se enquadrem, a critério do Conselho, dentro da definição do Artigo 3º desta Lei;
- b) haja, na área nova a ser considerada, pelo menos uma entidade em funcionamento, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano, da data do seu pedido de admissão.

CAPÍTULO IV

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO COMDIPE

Artigo 14 - O COMDIPE realizará, sob sua coordenação uma Conferência Municipal a cada dois anos, órgão colegiado de caráter deliberativo, para avaliar e propor atividades e políticas da área a serem implementadas ou já efetivadas no Município, garantindo-se sua ampla divulgação.

§ 1º - A Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será composta por delegados representantes dos órgãos, entidades e instituições de que trata o artigo 7º.

§ 2º - A Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será convocada pelo respectivo Conselho no período de até noventa dias anteriores à data para eleição do Conselho.

§ 3º - Em caso de não convocação por parte do COMDIPE no prazo referido no parágrafo anterior, a iniciativa poderá ser realizada por 1/5 das instituições registradas em referido Conselho, que formarão comissão paritária para a organização e coordenação da Conferência.

Artigo 15 - Compete à Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

- I. avaliar a situação da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência;
- II. fixar as diretrizes gerais da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência no biênio subsequente ao de sua realização;
- III. avaliar e reformar as decisões administrativas do COMDIPE, quando provocada;
- IV. aprovar seu regimento interno;
- V. aprovar e dar publicidade a suas resoluções, que serão registradas em documento final.

Artigo 16 - Poder Executivo fica obrigado a prestar o apoio necessário ao funcionamento do COMDIPE.

Artigo 17 - Para realização da 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, será instituída pelo Poder Executivo Municipal, noventa dias antes da data da próxima Conferência Nacional, comissão paritária responsável pela sua convocação e organização, mediante elaboração de regimento interno.

CAPÍTULO IV
Das Disposições Finais

Artigo 18 - Os serviços dos Conselheiros do COMDIPE serão considerados de relevante interesse municipal e social, não havendo **qualquer** espécie de remuneração.

Artigo 19 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rondonópolis-MT, 14 de setembro de 2010;
94ª da Fundação e 50ª da Emancipação Política.

Olimpio Aires
1º Vice-Presidente

Ananias Martins de Souza Filho
1º Secretário

PL.nº 22/2009 – Ver. Marilva
Arquivado nesta Casa Legislativa
Publicado no DIORONDON

Em

branco

Em

branco